

## **CAPÍTULO I**

### **Da Constituição, Denominação, Sede, Âmbito e Fins.**

#### **ARTIGO 1.º**

(Denominação, forma jurídica)

A presente Instituição denomina-se CERCIPÓVOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, C.R.L., e é constituída sob a forma de Cooperativa, regendo-se pelos presentes Estatutos, pelo Código Cooperativo e pelas disposições constantes, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro.

#### **ARTIGO 2.º**

(Sede e âmbito de acção)

UM - A presente Cooperativa integra o Ramo da Solidariedade Social, é de duração indeterminada e tem a sua sede na Rua do Morgado da Póvoa, Lote 1, União das freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, concelho de Vila Franca de Xira.

DOIS - Por deliberação da Assembleia Geral, pode a sede social ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho.

#### **ARTIGO 3.º**

(Fins e atividades da Instituição)

UM - A Cooperativa, não visando a obtenção de lucros, tem por escopo a educação, reabilitação e integração de cidadãos com deficiência; sensibilizar e mobilizar todas as pessoas para os aspectos relacionados com a educação e a reabilitação dos utentes da CERCIPÓVOA.

DOIS - No âmbito do anteriormente exposto, são as seguintes as finalidades principais da Cooperativa:

- a) A educação, reabilitação e integração pessoas com deficiência;
- b) Promover a prevenção da deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;
- c) Desenvolver ações de informação e sensibilização junto da opinião pública, para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;
- d) Promover a deteção precoce das perturbações no desenvolvimento da personalidade da criança, através de uma colaboração estreita com as infra-estruturas de saúde, escolares, de apoio à infância e outras, e intervir imediatamente no sentido de ajudar a resolvê-las, através de acompanhamento e apoio a prestar a essas crianças e respectivas famílias;

- e) Promover o desenvolvimento das capacidades das crianças, jovens e adultos com deficiência ou com graves problemas ao nível da inserção social e aquisição de conhecimentos escolares e profissionais, necessários à sua adequada integração na sociedade, ao exercício pleno dos seus direitos de cidadania e à realização, o mais harmoniosa e completa possível das suas personalidades;
- f) Promover o desenvolvimento de atividades de apoio a pessoas com graves problemas ao nível de autonomia, visando atingir o seu bem-estar e salvaguardar padrões razoáveis de qualidade de vida;
- g) Pugnar pela erradicação de preconceitos e atitudes de incompreensão ou geradoras de situações de marginalização ou exclusão social que porventura se coloquem relativamente à pessoa com deficiência, designadamente através da compreensão das causas e da adopção de atitudes adequadas às mesma;
- h) Proporcionar à pessoa com deficiência um conjunto de actividades que permitam, por um lado favorecer o seu equilíbrio emocional e pessoal e, por outro lado facilitar a sua aceitação e integração sócio familiar;
- i) Desenvolver atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a crianças, jovens e adultos com deficiência ou com problemas de inserção sócio profissional, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades.

TRÊS - A Cooperativa poderá desenvolver todo o tipo de atividades que, de algum modo, sirvam os objetivos enunciados.

## CAPÍTULO II

### Do Capital

#### ARTIGO 4.º

##### (Capital social)

UM - O capital social da Cooperativa é variável e ilimitado, de montante mínimo de três mil e trezentos euros já realizado.

DOIS - O capital social realiza-se pela subscrição obrigatória no ato de admissão de sócio efetivo, de cinco títulos de capital de cinco euros cada, podendo a sua liquidação ser feita em prestações mensais no máximo de doze, mediante pagamento inicial por conta de pelo menos dez por cento do valor dos títulos subscritos.

TRÊS - Os títulos não são transmissíveis e são reembolsáveis no prazo máximo de um ano após a data de exclusão ou demissão do titular.

## ARTIGO 5.º

### (Emissão de títulos de investimento)

UM - A Cooperativa poderá, com vista à aquisição de bens ou equipamentos, emitir títulos de investimento.

DOIS - A emissão de títulos de investimento compete à Assembleia Geral, que fixará as condições de emissão.

TRÊS - Os títulos de investimento podem ser subscritos por pessoas que não sejam cooperadores.

## ARTIGO 6.º

### (Quotas)

UM - Os membros efetivos ficam obrigados ao pagamento de uma quota mensal, de valor mínimo a determinar em Assembleia Geral sob proposta da Direção.

DOIS - Aos cooperadores não é exigível o pagamento de qualquer joia no ato de admissão.

# CAPITULO III

## Dos Membros

### Admissão, Obrigações, Direitos, Deveres, Demissão E Exclusão

## ARTIGO 7.º

### (Composição da Cooperativa)

A Cooperativa é composta por um número variável e ilimitado de membros.

## ARTIGO 8.º

### (Espécies de membros)

UM - A Cooperativa é composta por membros efetivos e membros beneméritos ou honorários.

DOIS - Podem ser membros efetivos as pessoas singulares ou coletivas que, propondo-se utilizar os serviços prestados pela Cooperativa, em benefício próprio ou dos seus familiares, nela desenvolver uma atividade profissional ou participar regular e empenhadamente na defesa das suas finalidades, desde que voluntariamente solicitem a sua admissão.

TRÊS - Podem ser membros beneméritos ou honorários as pessoas singulares ou coletivas, que contribuam com bens ou serviços, nomeadamente de voluntariado social, para o desenvolvimento dos objetivos da Cooperativa.

#### ARTIGO 9.º

##### (Admissão)

UM - A admissão como membro efetivo faz-se mediante a apresentação à Direção de proposta subscrita pelo interessado.

DOIS - Da decisão da Direção cabe recurso para a primeira Assembleia Geral que se realiza após aquela decisão, por iniciativa de qualquer dos subscritores da proposta.

TRÊS - A admissão como membro benemérito ou honorário será feita em Assembleia Geral mediante proposta fundamentada da Direção, da qual constará obrigatoriamente um relatório sobre liberdades em bens e serviços que contribuíram/contribuem de forma notória para o desenvolvimento dos objetivos da Cooperativa.

#### ARTIGO 10.º

##### (Direito à informação dos membros beneméritos ou honorários)

Os membros beneméritos ou honorários gozam do direito à informação nos mesmos termos dos membros efetivos, mas não podem eleger nem ser eleitos para os órgãos sociais, podendo todavia, assistir às Assembleias Gerais sem direito a voto.

#### ARTIGO 11.º

##### (Representação de pessoas coletivas)

Os cooperadores que sejam pessoas coletivas deverão credenciar os elementos que os representam perante a Cooperativa, nomeadamente nas reuniões das Assembleias Gerais.

#### ARTIGO 12.º

##### (Direito dos Cooperantes)

Para além dos direitos previstos na legislação cooperativa, nomeadamente no Artº. 21.º do Código Cooperativo, os membros efetivos têm direito a:

- a) Apresentar aos órgãos sociais e aos seus membros, oralmente ou por escrito, as críticas, sugestões ou propostas que julguem convenientes, com vista ao bom funcionamento da Cooperativa;
- b) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos destes estatutos:

- c) Reclamar por escrito ou oralmente, perante os órgãos sociais, dos factos que considerem lesivos aos interesses da Cooperativa;
- d) Receber informações de todas as atividades, planos e projetos da cooperativa.

#### ARTIGO 13.º (Deveres dos Cooperantes)

Para além dos deveres previstos na legislação cooperativa, designadamente no Art.º22.º do Código Cooperativo, os membros efetivos têm o dever de:

- a) Participar e cooperar ativamente na realização dos fins da Cooperativa;
- b) Exercer diligentemente os cargos, comissões ou tarefas para que tenham sido eleitos ou, de que tenham sido incumbidos pelos órgãos da Cooperativa;
- c) Pagar, mensalmente a quota prevista anteriormente nestes estatutos, na sede da Cooperativa ou por transferência bancária;
- d) Em qualquer momento, o exercício de qualquer direito só é possível aos sócios que não tenham as quotas em atraso por período superior a três meses.

#### ARTIGO 14.º (Demissão de Cooperantes)

UM - O membro da Cooperativa que pretenda demitir-se deverá apresentar à Direção o respetivo requerimento com trinta dias de antecedência relativamente à data em que pretenda que se efetive a demissão.

DOIS - Ao membro que se demita serão restituídos, no prazo máximo de um ano, os valores dos títulos de capital realizado.

#### ARTIGO 15.º (Espécie de sanções)

Aos cooperadores que infringirem a lei, os estatutos, o regulamento interno, ou qualquer deliberação dos órgãos sociais, são aplicáveis, respetivamente, consoante a gravidade da infração, as seguintes sanções:

- a) - Repreensão
- b) - Suspensão
- c) - Exclusão

#### ARTIGO 16.º (Repreensão)

UM - A repreensão, cuja aplicação é da competência da Direção, será registada na ata da reunião em que for aprovada.

DOIS - Esta sanção destina-se exclusivamente a punir faltas e infrações ligeiras de que não tenham resultado graves prejuízos para a Cooperativa.

TRÊS - Da deliberação da Direção que aprove a repreensão poderá sempre o membro visado recorrer para a Assembleia Geral.

#### ARTIGO 17.º

##### (Suspensão)

UM - A suspensão poderá ter uma ou duas formas:

- a) – Acautelar, durante a instrução do processo a que se refere o n.º 2 do Art.º 25.º do Código Cooperativo;
- b) – A que visa sancionar determinado comportamento ou conduta do membro da Cooperativa, cuja aplicação será da competência da Assembleia Geral e cuja duração não poderá ser superior a noventa dias.

DOIS - A suspensão referida na alínea a) do número anterior implica que o cooperador arguido no processo escrito não perca quaisquer direitos ou garantias durante o período em que perdure, exceptuando os inerentes aos da participação social do referido cooperador arguido, durante o mencionado período.

TRÊS - A aplicação da suspensão é da responsabilidade da Direção, cabendo sempre recurso da decisão para a Assembleia Geral.

#### ARTIGO 18.º

##### (Exclusão)

UM - A exclusão é da responsabilidade da Assembleia Geral, mediante proposta da Direção, que deverá ser precedida de processo escrito, elaborado em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 25.º do Código Cooperativo.

DOIS - Na Assembleia Geral em que se delibere a aplicação da suspensão ou a exclusão tem o cooperador arguido, mais uma vez o direito de apresentar a defesa que entender conveniente, nomeadamente através de provas que contrariem as conclusões e os factos articulados na proposta de aplicação da sanção.

#### ARTIGO 19.º

##### (Conselho Geral)

UM - Os presentes estatutos preveem a possibilidade de constituição de um Conselho Geral onde estejam reunidos todos os membros honorários e bem assim todos os titulares dos órgãos sociais da Cooperativa.

DOIS - O Conselho Geral será um órgão consultivo que poderá formular sugestões ou recomendações e terá a competência que lhe for fixada pelo regulamento interno aprovado pela Assembleia Geral.

TRÊS - Pode ser eleito pelo Conselho Geral, de entre os membros beneméritos ou honorários, um representante junto da Cooperativa com direito a assistir às reuniões do Conselho Fiscal, sendo-lhe facultadas todas as informações a que têm direito os membros desse órgão.

## **CAPITULO IV**

### **Dos Órgãos Sociais**

#### **SECÇÃO I**

##### **Princípios Gerais**

###### **ARTIGO 20.º**

###### **(Órgãos Sociais)**

UM - São órgãos da Cooperativa a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

DOIS - A Assembleia Geral e a Direção podem deliberar constituir comissões especiais, de duração limitada, para o desempenho de tarefas determinadas.

###### **ARTIGO 21.º**

###### **(Elegibilidade dos Órgãos)**

UM - São elegíveis para os Órgãos Sociais da Cooperativa os membros efetivos, maiores de idade, que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos civis e cooperativos e tenham as quotas em dia.

DOIS - As listas dos candidatos aos Órgãos Sociais, deverão ser apresentadas por cinco cooperadores.

TRÊS - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, conferirá posse ao titulares dos Órgãos Sociais, até trinta dias após o ato eleitoral.

###### **ARTIGO 22.º**

###### **(Duração dos mandatos)**

A duração dos mandatos da mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal, é de quatro anos, podendo os seus membros ser reeleitos por uma ou mais vezes, com exceção do Presidente da Direção que só poderá ser eleito por três mandatos consecutivos.

## ARTIGO 23.º

### (Incompatibilidades)

UM - Nenhum membro pode pertencer simultaneamente à Direção, ao Conselho Fiscal ou à mesa de Assembleia Geral.

DOIS - Não podem ser eleitos para o mesmo órgão da Cooperativa, ou ser simultaneamente titulares da Direção e Conselho Fiscal os cônjuges, pessoas que vivam em comunhão de facto, parentes ou afins em linha recta e irmãos.

## ARTIGO 24.º

### (Dever de Diligência dos Órgãos Sociais)

Os membros dos Órgãos Sociais encontram-se obrigados a diligenciar, no sentido de se substituírem aos membros cessantes, na prestação das garantias pessoais em vigor, à data do início dos respetivos mandatos, sem prejuízo da aceitação destas substituições por terceiros, designadamente, Instituições Bancárias e Financiadoras.

## ARTIGO 25.º

### (Quórum)

As deliberações dos órgãos sociais da Cooperativa são tomadas por maioria simples, salvo os casos previstos no n.º 2 do Art.º 40.º do Código Cooperativo.

## SECÇÃO II

### **Da Assembleia Geral**

#### Artigo 26.º

##### (Composição)

A Assembleia Geral é composta por todos os membros no pleno gozo dos seus direitos.

#### Artigo 27.º

##### (Direito de voto)

Cada membro tem apenas direito a um voto.



## Artigo 28.º

### (Composição da Mesa da Assembleia Geral)

A mesa da Assembleia Geral compõe-se de um presidente, um vice-presidente e um secretário.

## Artigo 29.º

### (Competências do Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Compete ao presidente da mesa da Assembleia Geral, ou, por impedimento deste, ao vice-presidente:

- a) Convocar a Assembleia ordinária;
- b) Convocar a Assembleia Geral extraordinária sempre que o requeira a Direcção, o Conselho Fiscal ou, pelo menos 10% dos sócios no gozo dos seus direitos;
- c) Dar posse aos titulares dos órgãos sociais;
- d) Dirigir as reuniões, redigir, ler e assinar as respetivas atas.

## Artigo 30.º

### (Competência)

UM - A Assembleia Geral da Cooperativa tem competência exclusiva sobre as matérias previstas no Art.38º. do Código Cooperativo bem como no artigo 58º do Decreto - Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro.

DOIS - Como órgão soberano da Cooperativa, a Assembleia Geral deliberará sobre tudo quanto lhe for submetido e vigiará pelo cumprimento dos estatutos e pela realização dos fins da Cooperativa.

## Artigo 31.º

### (Voto por correspondência)

É admitido o voto por correspondência, sob condições de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos de ordem de trabalhos e de assinatura do cooperador ser reconhecida nos termos legais.

## Artigo 32.º

### (Voto por representação)

UM - É também admitido o voto por representação, devendo o mandato, atribuído a outro cooperador ou a familiar maior do mandante que com ele coabite, constar de documento escrito e dirigido ao presidente da mesa da Assembleia Geral e a assinatura do mandante ser reconhecida nos termos legais.

DOIS - Cada cooperador não poderá representar mais de um membro da Cooperativa.

### SECÇÃO III

#### **Da Direção**

##### Artigo 33.º

##### (Composição)

UM - A Direção é composta por um número de elementos, com um mínimo de cinco, sendo um presidente, um tesoureiro, um secretário, um vice-presidente e um ou mais vogais e um máximo de 7 elementos

DOIS - Em harmonia com o nº1, poderão ser também eleitos dois suplentes, que substituirão os lugares deixados vagos por demissão ou exclusão; um dos suplentes não poderá ser trabalhador da Cooperativa

TRÊS - A Direção não pode ser constituída maioritariamente por trabalhadores da Instituição.

##### Artigo 34.º

##### (Competência)

A Direção é um órgão de administração e representação da Cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o balanço, o relatório e as contas do exercício, bem como o orçamento e o plano de atividades para o ano seguinte;
- b) Executar o plano de atividades anual;
- c) Atender as solicitações do Conselho Fiscal nas matérias de competência deste;
- d) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos, do regulamento interno e das deliberações dos órgãos da Cooperativa;
- e) Contratar e gerir o pessoal necessário às atividades da Cooperativa;
- f) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele, outorgar procuração a qualquer membro para fins específicos;
- g) Escriturar os livros nos termos da lei;
- h) Praticar todos e quaisquer atos de defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores e salvaguardar os princípios cooperativos.

##### Artigo 35.º

##### (Forma de obrigar)

A Cooperativa fica obrigada com as assinaturas conjuntas de dois dos membros da Direcção, sendo um deles o presidente ou o tesoureiro.

## SECÇÃO IV

### **Do Conselho Fiscal**

#### Artigo 36.º

##### (Composição)

UM - O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um presidente, um secretário e um relator.

DOIS - O Presidente do Conselho Fiscal não pode ser trabalhador da Instituição.

#### Artigo 37.º

##### (Competência)

O Conselho Fiscal é um órgão de controle e fiscalização da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Examinar, sempre que julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da Cooperativa;
- b) Verificar, quando creia necessário, o saldo da caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respetivas atas;
- c) Emitir parecer sobre o balanço, o relatório e as contas de exercício e o orçamento e o plano de atividades para o ano seguinte.

## **CAPITULO V**

### **Dos Fundos da Cooperativa e Aplicação de Excedentes**

#### ARTIGO 38.º

##### (Fundos sociais)

Constituem fundos sociais, sem prejuízo de outros que a Assembleia Geral entenda dever criar:

- a) Fundo de reserva legal, destinado a cobrir eventuais perdas do exercício;
- b) Fundo de educação e formação, destinado a cobrir as despesas com a formação técnica e cultural destes, à luz do cooperativismo e das necessidades da Cooperativa, revertendo para este fundo, além da percentagem dos excedentes anuais líquidos, os donativos e os subsídios destinados às finalidades do fundo;
- c) Fundo social, destinado a cobrir as despesas com as doenças profissionais e os riscos não cobertos pelos cooperadores e pelos trabalhadores da Cooperativa, mediante designadamente, o pagamento dos prémios de contratos de seguro;
- d) Fundo de investimento, destinado a aquisição de imóveis, equipamento ou outros bens relacionados com o objetivo da Cooperativa, revertendo para este fundo os donativos e os subsídios destinados às finalidades do fundo e o produto dos títulos de investimento previsto no Art.8º dos presentes estatutos.

#### ARTIGO 39.º

(Excedentes)

UM - Todos os excedentes gerados pela atividade da CERCIPÓVOA deverão, excetuadas as imposições legais, ser aplicados no reforço da atividade da Cooperativa com vista ao melhoramento das condições oferecidas às crianças e aos jovens apoiados.

DOIS - Os excedentes anuais líquidos terão as seguintes aplicações:

- a) Uma percentagem não inferior a cinco por cento reverterá para o fundo de reserva legal, reversão que deixará de se verificar desde que o fundo de reserva atinja o montante correspondente a um décimo do capital social da Cooperativa;
- b) Uma percentagem não inferior a vinte por cento para o fundo de educação e formação cooperativa;
- c) Uma percentagem não inferior a vinte por cento para o fundo social;
- d) Uma percentagem não inferior a trinta por cento para o fundo de investimento.

TRÊS - O remanescente dos excedentes anuais líquidos transitará em saldo para a conta do ano seguinte.

## CAPITULO VI

### Da Dissolução e Liquidação

#### ARTIGO 40.º

(Liquidação)

A liquidação da Cooperativa será feita em conformidade com o que for determinado em Assembleia Geral e nos termos da lei.

#### ARTIGO 41.º

(Dissolução)

A dissolução da Cooperativa só pode ser decidida por maioria de dois terços dos membros em Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito, nos termos da lei, salvaguardando o disposto no n.º.3 do Art.40º do Código Cooperativo.

#### ARTIGO 42.º

(Destino dos bens após liquidação)

Votada a dissolução da Cooperativa, os seus bens serão encaminhados para outra Cooperativa de solidariedade social, preferencialmente do mesmo município, a determinar pela federação ou confederação representativa da atividade principal da Cooperativa.

## CAPITULO VII

### Da Alteração dos Estatutos e Regulamento Interno

#### ARTIGO 43.º

(Alterações Estatutárias)

As alterações aos estatutos só poderão verificar-se em Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito.

#### ARTIGO 44.º

(Aprovação de Regulamentos)

Toda a regulamentação da Cooperativa, nomeadamente o regulamento interno, deverá ser aprovada em Assembleia Geral.

## CAPITULO VIII

### Casos Omissos

#### ARTIGO 45.º

(Casos Omissos)

Os casos omissos nos estatutos e regulamento interno serão regulados pela Assembleia Geral e pela legislação em vigor, na parte que lhe é aplicável.